



Editorial

Lutas de mulheres: pautas antigas e desafios constantes

Luciana Kind¹ e Luana Souza²

A despeito da longa história de lutas de mulheres, cotidianamente se atualizam pautas básicas: participação política, ocupação de cargos de destaque em organizações, desigualdades salariais, violências, subalternidade e opressão. Consoante com essa observação, Michelle Perrot nos lembra que os feminismos são, desde sempre, “a tomada de palavra e vontade de representação das mulheres” (2005, p. 323).

No Brasil, desde o século XIX ouve-se vozes de mulheres. Pioneiras não nos faltam: Nísia Floresta e sua tradução interpretativa do livro de Mary Wollstonecraft; Maria Firmina dos Reis, escritora abolicionista; Bertha Lutz, abrindo as histórias de mulheres na política (BLAY; AVELAR, 2019). No cenário recente, em agosto de 2019 testemunhamos a I Marcha das Mulheres Indígenas em momentos de coalisão com a VI Marcha das Margaridas. As articulações de ambos os movimentos de mulheres - as indígenas e as trabalhadoras rurais - tiveram início nas últimas décadas do século passado. As lutas são distintas, mas articulam-se.

Cláudia Mayorga (2014) nos lembra que as articulações são frequentes na história dos feminismos: abolicionistas e sufragistas sincronizavam-se, houve envolvimento de mulheres latinoamericanas com movimentos de resistência às ditaduras que assolavam esse naco do continente, vimos diversidade de lutas por direitos civis e assim por diante. A despeito disso, como expõe a autora “em vários países, a inserção de mulheres brancas e das classes médias no espaço público através do trabalho não resultou, necessariamente, numa reconfiguração das relações na vida privada.” (p. 227). Ao contrário, o trabalho doméstico continuou sendo protagonizado por mulheres, mas negras e de camadas populares, sem perder sua condição de

¹ Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), com pós-doutorado em Psicologia Social (UFMG). E-mail: lukind@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas São Gabriel. E-mail: lusouza93@gmail.com

trabalho de baixo valor (social e econômico) e “revelando que raça e classe são dimensões da experiência de muitas mulheres não consideradas por perspectivas mais clássicas do gênero.” (MAYORGA, 2017, p. 227)

Se a cena doméstica continua a mostrar as desigualdades de raça, classe e gênero que estruturam sistemas de opressão e privilégios da nossa sociedade, a cena pública brasileira tem nos deixado perplexas com a legitimação de discursos misóginos e o retrocesso no plano político, com a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres, subsumida no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do atual governo. Lançam-se, portanto, desafios atuais de assimetrias que podiam ser imaginadas como superadas. Como ilustração, enquanto as plataformas digitais foram invadidas por *hashtags* com um “basta” para situações de assédio sexual, como a #MeToo e no Brasil a #MeuAmigoSecreto, vimos recentemente a *hashtag* #DesculpaBrigitte ampliar o sentimento de vergonha nacional, para uns, e de orgulho, para uns poucos, quando Brigitte Macron foi alvo de ataques misóginos por parte do alto escalão do governo, cujos representantes entenderam ser apropriado comentar pejorativamente a aparência da professora e primeira dama francesa. Ampliemos nosso olhar para a ocupação da cena pública e para como temos acolhido, em nossos estudos, as lutas de mulheres.

A pesquisadora Vivian Santos (2018), por meio de suas investigações sobre mulheres na ciência, feminismos negros e estudos decoloniais, nos convoca à coalização político-epistêmica como forma de resistir aos saberes hegemônicos. O apelo da autora por uma “desobediência epistêmica” é ilustrado por sua própria postura de questionar suas pesquisas, ao indagar-se como classe, gênero, raça e sexualidade são aí contemplados. Também nós, como leitoras e leitores da ciência que se faz sobre/com/de/para mulheres, podemos intensificar a posição reflexiva ao mergulhar nos textos que se apresentam neste dossiê.

Se acompanhamos as/os autoras e autores que nos fazem companhia nesse editorial, como vislumbramos na atualidade, como pesquisadoras/es, a posição de mulheres na vida econômico-social, no trabalho e nas organizações? Esta é a questão que se deduz para o dossiê proposto pelo **Periódico Interdisciplinar: Sociedade, Tecnologia e Ambiente – PISTA**. Com essa pauta, o corpo editorial e as/os autoras e autores que colaboram no dossiê dedicam-se a uma auspiciosa tarefa: ampliar a visibilidade de mulheres, lançar luz às formas como têm ocupado a cena pública, problematizar as formas como são representadas, colocar em discussão desigualdades e violação de direitos. O diálogo interdisciplinar com colaboradores/as em diversos campos do conhecimento enriquece o olhar de leitoras e leitores, fazendo jus ao subtítulo do dossiê que destaca a oferta de “múltiplas perspectivas de análise”.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EdUSP, Fapesp, 2019. 2ª reimpressão.

MAYORGA, Cláudia. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. **Athenea Digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e200112, 2018.